

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELINO GALO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência das sessões pelo período de 25 dias , por motivo de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência da sessão no dia 04/03/12, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do dep. Tom Araújo, comunicando sua ausência da sessão no dia 07/03/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pequeno Expediente. Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, deputado Carlos Geilson, não sei se na região de Feira de Santana a situação está dramática como em metade da Bahia. Os efeitos da seca, deputado Aderbal, são muito piores do que o que imaginamos. Eu conversava com um amigo e ele me dizia que o comércio hoje, para a nossa tristeza, são caminhões pegando carcaça de animais para fazer ração. Temos visto, pela imprensa, e eu falava há poucos dias com o secretário Rui Costa, amigo da deputada Luiza Maia, que seriam necessárias que as ações fossem emergenciais. Na situação de calamidade, não se justifica mais burocracia para se contratar um carro-pipa.

Sempre discutimos que no Brasil todo mundo é desonesto inicialmente. Em outros países, todo mundo é honesto e depois é fiscalizado. Aquele que pisar na bola deveria ir para a cadeia. São tantos os documentos exigidos que acaba acontecendo, como nós vimos há poucos dias, uma matéria do Tribunal de Contas da União mostrando que oficialmente os preços oficiais do País são 30%, 50% mais caros. Para que vocês tenham uma ideia, e o deputado Carlos Brasileiro sabe do que eu estou falando, porque foi gestor, um prefeito hoje faz um calçamento por R\$ 45 a R\$ 60 o metro quadrado. O preço oficial do governo federal é R\$ 96. Você, para tirar uma obra da Caixa Econômica – e eu estou com uma pavimentação de uma emenda do deputado Félix –, todos os dias dizem que o projeto está errado. Eu contratei por R\$ 30 mil, porque a secretaria não tem equipe suficiente, e estou pagando do meu recurso para fazer a obra. Veja que loucura. Claro que não é minha obrigação. Para não perder os recursos de pavimentação em Campo Formoso, paguei para fazer o projeto, e todo dia a Caixa Econômica diz que está errado. O engenheiro me pediu para não trazer nenhum projeto daqueles, porque ele não trabalha mais com a Caixa Econômica. É uma coisa estúpida calçamento no interior, não é nem na capital. Calçamento no interior de Campo Formoso, onde não tem nada. Só a terra seca. As exigências são absurdas, deputado Gaban.

Eu falava da seca e acabei falando dos preços.

Mas há o medo da roubalheira. Tem que confiar, fiscalizar, dar ao prefeito o dinheiro, liberar. Confiando, como nos outros países, e fiscalizando. Se o prefeito usar de má-fé ou não usar os recursos, deverá ser penalizado. O que não pode acontecer é que, em uma situação de calamidade como esta, órgãos como a CERB e a CAR fiquem exigindo documentos e mais documentos.

Não é uma questão que possa ser resolvida amanhã, mas ontem. Não tem água para beber na região, deputado Gaban! Secou tudo, os poços artesianos, o subsolo não tem mais água. Conheço uma localidade, que dou como exemplo, em que o poço mede 80 m. Consegui uma máquina que desceu 140 m e não encontrou nada. Está assim em todos os lugares. Qual a solução? Mandar buscar documentos e mais

documentos?! E a seca dizimando o rebanho?!

Deputado Carlos Brasileiro, vi hoje que a estimativa é de um milhão de bovinos. Conheço vários amigos que passaram a vida inteira, às vezes deixavam até de comer ou se privavam de uma pequena viagem para comprar mais uma vaca, mais um boi. Eles juntaram 100 cabeças durante a vida inteira, com muita dificuldade, e perderam tudo.

Imaginem a cabeça desses amigos que dedicaram suas vidas, conheciam os animais pelo nome e os tinham como de estimação! Não era nem comercialmente que eram tratados. Conheciam as vacas e os bois pelos nomes. Imaginem como estão agora as cabeças desses amigos!

Concluindo, Sr. Presidente, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, esses bancos oficiais que oferecem vários empréstimos, precisam de decisões imediatas para suspender, parcelar, mas não estamos vendo nada disso. Esperamos o mais rápido possível, pois a situação requer, que essas providências sejam adotadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Registro a presença dos estagiários desta Casa Legislativa. Eles participam do Programa A Escola e o Legislativo. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores deste Poder, Srs. da Imprensa, em especial a juventude aqui presente, estagiários de um programa estratégico e importante da Assembleia, feito para se vivenciar por dentro o trabalho e o papel dela, uso a palavra mais uma vez para destacar a importância deste mês por todas as suas comemorações e datas comemorativas. Em 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, pelo papel e importância das mulheres no contexto socioeconômico e político do mundo, especialmente o do nosso Estado. No dia 21, que é o propósito desta minha fala, se comemora internacionalmente o combate ao racismo e à intolerância religiosa. E no dia 22, o Dia Mundial da Água. Portanto, o mês de março é repleto de datas significativas e simbólicas que refletem uma necessidade de transformação cada vez mais presente para que haja a consolidação de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Sr. Presidente, às 09h30min. de amanhã a nossa Comissão da Promoção da Igualdade realizará uma audiência pública em celebração ao dia 21, como já falei, comemoração do Dia Internacional de Combate ao Racismo e a Intolerância Religiosa.

Quando falamos de racismo, no Estado mais negro fora da África, estamos falando do tempo presente. Não do racismo imposto pela escravidão que conduziu nossos ancestrais africanos, de forma inconsequente e desumana, sequestrados na mãe África, trazidos nas piores condições humanas, nos porões dos navios negreiros e aportados em países distantes, entre eles o nosso Brasil, e por que não dizer a nossa

Bahia. E, aqui, despatriados e também *desfamiliarizados*, e, conseqüentemente, escravos não apenas físicos, mas psíquicos, emocionais e sociais. Que ainda perdura hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas.

Quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher pouco lembramos que, se a mulher sofre discriminação neste Estado, a mulher negra sofre duplamente esse desrespeito e essa ação de perversidade ainda imposta na sociedade, porque a discriminação não é apenas ao que está na aparência. Ela é, hoje, de diversos formatos e até denominações. É assim no mercado de trabalho. Se a mulher ainda recebe metade do salário pago a um homem para desenvolver a mesma função, a mulher negra quase não chega a sequer ter esse salário, porque ela está no maior percentual de desemprego neste Estado e neste País. Assim é o sofrimento vivido pelas religiões de matriz africana, porque quando falamos do abuso e do desrespeito no que tange à intolerância religiosa, não podemos esquecer que as religiões de matriz africana, ainda no tempo presente, em pleno século XXI, enfrentam os mais cruéis mecanismos de discriminação e de exclusão. A exemplo, a própria máquina pública. Há dois anos, a cidade de Salvador decretava a derrubada de um templo religioso de 35 anos, muito próximo da nossa Assembleia. Não vou alongar-me.

Ainda hoje estamos vendo a situação da comunidade tradicional quilombola Rio dos Macacos, da qual a Marinha do Brasil ainda insiste em desrespeitar os direitos constitucionais e, acima de tudo, todos os tratados de direitos humanos do planeta, quando mantém sob o regime de escravidão e de exclusão toda uma comunidade.

Não podemos deixar de utilizar o dia 21 e toda a sequência do mês de março para externar o nosso repúdio a essas formas utilizadas, principalmente quando o são pelas estruturas que deveriam estar defendendo a integridade e o direito de ir e vir e de socialização do cidadão e da cidadã brasileira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, alunos que nos visitam sejam bem-vindos a esta Casa. Inicialmente, eu gostaria, deputado Bira Corôa, reaproveitando o discurso de V.Ex^a do dia 21, no qual informa, mais uma vez, que é o Dia da Consciência Negra, Dia de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. Participei, na semana passada, de uma reunião nas comissões em que foi aprovado “tardamente”, é bom que se diga! Não me lembro quem são os autores (deputados) do projeto de instituir o Dia da Consciência Negra na Bahia.

Então, acho que se deve fazer um acordo, para que votemos no dia 21, dia de semana ou não, mas se não for, vemos um dia antes para votar esse projeto de instituir o Dia da Consciência Negra no Estado da Bahia, assim como já existe em outros estados.

Srs. Deputados, há mais de duas semanas venho debatendo um tema aqui sem qualquer repercussão; o deputado Ronaldo Carletto, meu caro amigo, há mais de duas

semanas venho debatendo o assunto aqui e não vejo repercussão. Estranho, mais uma vez, o posicionamento dos presidentes de sindicatos que representam as diversas categorias de funcionários públicos da Bahia.

Para ajudar o raciocínio, vejamos uma hipótese absurda, por exemplo: se um gerente de banco pega o dinheiro que colocamos lá para aplicar, aplica e fica com o dinheiro. A hora em que o cidadão descobrir, o mínimo que vai exigir é entrar com um processo contra o banco para que esse gerente seja demitido. Acho que ninguém vai discordar disso.

Então, pergunto, se está em vigor uma lei, que é o Planão, que obriga o governo do Estado é obrigado a reajustar, em 1º de janeiro, o salário dos servidores, por que não o fez até agora? Por que os sindicalistas estão calados? Será que continuam confundindo filiação partidária, por serem do PT, a maioria, ou de partidos ligados à Base do governo, e por isso continuam silentes, sem qualquer tipo de manifestação? E o governo utilizando o dinheiro que não lhe pertence, mas, sim, do funcionalismo público, para aplicar no mercado financeiro!

Fica o funcionário público com as suas contas reajustadas; a escola reajustou, o material escolar reajustou, a água, pois a Embasa já está com o estudo pronto para reajustar a a partir de maio, não o fez ainda por causa da seca que assola o semiárido, e as informações que tivemos hoje, não sei se tristemente, pelo menos acompanhei que nos próximos dias vai chover no Brasil inteiro, menos no semiárido baiano e no Nordeste de maneira geral.

Vemos tudo aumentando e o funcionário público esperando a boa vontade do governador?

Deputado Carlos Geilson, continua e agora, de maneira mais firme, setores do Governo dizendo que, provavelmente não vão dar retroatividade. Aí, pergunto: por que o governo do Estado não vai dar a retroatividade, se temos aqui, na Casa, projeto do Tribunal de Justiça solicitando que votemos, e vamos aprovar, que o reajuste do Judiciário seja retroativo a 1º de janeiro? Se o Ministério Público, da mesma forma, está com um projeto aqui, na Casa, para que o reajuste seja retroativo a 1º de janeiro? O da Casa, dos funcionários da Casa, vamos ter que autorizar a partir do dia 1º de janeiro!

Mas o governo do Estado nem retroatividade quer dar! O comentário, deputado Paulo Azi, é que o governo nem retroatividade quer dar! Será um calote jamais visto! Pegar um dinheiro que não lhe pertence, aplicar no mercado financeiro, como está aplicando, e ainda dar um calote no servidor público, além de atrasar o pagamento, dá um calote!

Então, o mínimo que os presidentes de sindicatos têm que fazer é renunciarem aos mandatos – já que confundem – deles, que era para defender as categorias que representam, se não querem exercer isso, não vou entrar em detalhes, que tipo de benesses estão tendo do Governo para não agir como sindicalistas?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Renunciem aos mandatos e coloquem a chapa de oposição para defender o servidor público!

O que não pode é esta Casa ficar calada, acompanhando o desrespeito do governo do Estado com relação ao funcionalismo público. Já estão aqui, na Casa, projetos de outros Poderes, concedendo retroatividade, e até agora o governo não mandou a mensagem. Os sindicalistas estão calados! E o servidor público “chupa o dedo” como se diz na linguagem popular.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero comunicar, com muita tristeza que, nesta madrugada, faleceu o Padre Renzo de câncer na cidade de Florença, Itália. O Padre Renzo teve forte atuação aqui no Brasil, principalmente na Bahia, ajudando os presos políticos. Quem fez militância política e enfrentou a ditadura militar sabe do papel e da importância do Padre Renzo na vida de cada um de nós. Durante a ditadura, o Padre Renzo visitou 14 presídios em todo o País apoiando presos políticos. Era ele quem levava as informações para as famílias desses presos. Era chamado como “o anjo sem asas” dos presos. Ele era o fio da esperança em tempos duros.

(Lê) “Da assistência aos presos políticos, Padre Rezo engrossou as fileiras em busca de apoio internacional em favor da anistia. Era a parte viva da história de resistência da Igreja Católica contra a ditadura militar. Ele só parou quando, em 1981, o último preso político foi libertado. O trabalho do Padre Renzo foi retratado muito bem pelo jornalista, ex-presos político e ex-deputado querido Emiliano José no livro *Asas Invisíveis do Padre Renzo*.

Padre Renzo morou na Bahia de 1965 a 1997. Deixou o país, mas costumava visitar, regularmente, o Brasil. Em julho deste ano, ele integraria a equipe responsável pela segunda etapa do documentário que retrata sua vida com base no livro de Emiliano José e produzido pela TVE e pela TV Brasil.”

É com muito pesar que faço este registro. Estou fazendo uma moção de pesar à família de Padre Renzo em nome da nossa bancada. Gostaria que a mesma fosse assinada hoje ainda.

Mas, Sr. Presidente, quero registrar e, ao mesmo tempo, mais uma vez, pedir apoio a esta Casa. Estive em uma audiência pública na cidade de Simões Filho para tratar da questão do Quilombo do Rio dos Macacos. E Bira Corôa, meu querido deputado, estamos numa enrascada. Não temos outra saída.

Fui obrigada a dizer na audiência que, agora, só depende da nossa presidenta Dilma, pois não estamos mais vivendo na ditadura militar. As Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – são comandadas pela Presidência do Brasil. E a presidenta Dilma não pode se furtar e nem virar as costas para aquele problema. Observem, o que a Marinha tem feito com aquele pessoal, se se falar aqui, os senhores acham, até, que é mentira. Não deixam plantar tampouco deixam construir casas. Qual é o problema? Aquela é uma área que certificada como comunidade quilombola, pois há 200 anos aquelas pessoas vivem ali em torno de 60 famílias.

Acho que esta Casa precisa se posicionar tanto para a nossa presidenta como para o comando da Marinha, porque o que estão fazendo com aquela comunidade é coisa da época da ditadura. E, aí, quero pedir o apoio desta Casa e não só da minha Bancada para que, realmente, façamos um comunicado para a nossa presidenta, a fim de que as coisas sejam alteradas ali. Vejam, não há cabimento! Já passou do tempo! E a ditadura, com a gente, nunca mais! É um desrespeito, é agressão, é violência! Tudo eles praticam contra aquela comunidade desassistida e pobre como tirar a água! É uma coisa horrorosa e difícil de se acreditar.

E, para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, pedir ao Senhor, representando o presidente Marcelo Nilo, que instale a CPI com o tema de tráfico de pessoas. Não estou entendendo, pois parece que foi publicado, no início de março, no Diário Oficial. Agora, apenas, precisa-se, somente, instalá-la. Segundo o presidente Marcelo Nilo, os líderes indicam os nomes para que esta comissão possa funcionar.

Acho que temos condição de erradicar o tráfico de pessoas na Bahia. O nosso estado está em uma posição alta em relação ao que circula de dinheiro e à movimentação de pessoas. E nós temos de nos indignar com essa história, pois, em pleno século XXI, estão traficando pessoas pra vários fins como: venda de órgãos, prostituição, doações ilegais e irregulares, trabalhos doméstico e escravo, e nós não podemos nos calar diante dessa situação.

Quero fazer esse apelo, que o presidente neste momento registre e passe para a Mesa Diretora, a fim de que se instale essa comissão que eu vejo como importante e necessária em nosso Estado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica por 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, também quero me manifestar aqui pedindo autorização ao nosso Líder Rosemberg Pinto para, em nome da Bancada do PT, nos solidarizar com todos os familiares do Padre Renzo, esse que, sem dúvida, foi um grande militante dos direitos humanos. Ele teve a coragem, aqui em Salvador, na Bahia, no Brasil, de dar o grito de liberdade aos últimos presos políticos do nosso País.

Teve, portanto, a capacidade de compreender que aqueles, longe de serem terroristas, eram revolucionários na perspectiva de construir um Brasil livre, um Brasil democrático.

O livro intitulado “Asas Invisíveis”, do Padre Renzo, escrito pelo jornalista e deputado Emiliano José, neste momento, deputado Joseildo Ramos, deixa de ser as asas invisíveis e passa a ser as asas visíveis do Padre Renzo, que deixa, sem dúvida, uma história de determinação e de coragem. Assumiu seu profetismo como sacerdote em nome da liberdade e da democracia brasileiras. Não tenho dúvida, fica para nós a saudade e ao céu a alegria de receber um brilhante sacerdote, um brilhante militante em defesa da vida, em defesa dos direitos humanos.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de dizer, deputado Bira Coroa, viva a luta

sindical brasileira, essa que pôde eleger o melhor presidente da história da República deste país. O ex-sindicalista, ex-presidente e eterno militante de um Brasil democrático e livre, o companheiro Luís Inácio da Silva.

E a luta sindical está tão viva, tão viva que hoje o Sindiferro, Sindicato dos Ferroviários, estava fazendo um debate na UPB com o senador Walter Pinheiro, com vários deputados estaduais e federais sobre a ferrovia que vai dinamizar a economia do Sul e extremo Sul da Bahia. Essa é uma demonstração, deputado Bira, do vigor da luta sindical das nossas lideranças sindicalistas. Fico muito a cavaleiro porque não venho dessa matriz, venho da luta do movimento social das comunidades eclesiais de base.

Mas, Sr. Presidente, quero lembrar aqui Bertold Brecht quando fala “a corrente impetuosa é chamada de violenta, mas o leito do rio, que a contém, ninguém o chama de violento.” Bertold Brecht dizia isso conceituando violência, criminalidade, segurança pública. E nos cabe, Sr. Presidente, neste momento, lamentar o que acontece no Estado de São Paulo.

A cidade de São Paulo registra um aumento de 14,1% em número de homicídios. Vale lembrar que esse é o sétimo mês consecutivo que São Paulo vem aumentando o número de homicídios, deputado Aderbal.

Óbvio que sabemos que o crime organizado hoje não tem meras facções, na verdade são multinacionais. Nós vimos o que é a possibilidade real de disseminar o crime organizado na América Latina e até fora dela. E eu não quero aqui refletir as grandes máfias russas e chinesas, não é o caso. Mas refletir o crime organizado no Brasil, que tem ido para outras cidades da América Latina e América do Sul. E muitos estão perdendo essa briga porque não têm coragem a coragem de fazer o que a Bahia faz.

Sabe qual o problema de São Paulo? O problema concreto de São Paulo, deputado Joseildo Ramos, é que eles não têm a coragem de reconhecer a existência do crime organizado. E fazem uma pesquisa falaciosa, uma pesquisa que não demonstra a realidade.

Imaginem que numa chacina em que morrem 10 eles contabilizam que morre um, porque foi uma chacina. Olhem a estupidez! Parece até o passado da Bahia, quando tínhamos uma secretária que dizia que roubo em ônibus só a partir de um valor tal, ou seja, roubar pouco não é roubo! Só muito! Ou então ela debitava o aumento da violência a brigas de vizinhos.

Essa forma de conceber a realidade não existe mais. A Bahia hoje faz o enfrentamento real. O secretário Maurício Barbosa, comandado pelo governador Jaques Wagner, faz um debate transparente com a sociedade. E não só quando possibilita o conhecimento da realidade concreta, por mais que esta nos doa, mas também ao ter a coragem de enfrentar o problema. Deputado Tadeu, gostaria de ver V.Ex^a secretário da Segurança um dia, porque conhecedor como é certamente iria nos ajudar muito a enfrentar a criminalidade em nosso Estado.

Pensar o Pacto pela Vida é quebrar paradigmas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir.

O Sr. YULO OITICICA:- Concluindo, com a a tolerância de V.Ex^a, deputado Marcelino, presidente desta sessão.

O Pacto pela Vida é exatamente articular a transversalidade das políticas públicas, pensar a Segurança Pública não mais como política do canhão e do carro-tanque, mas sim da inteligência. É isso que possibilita verdadeiramente identificar e punir o criminoso, desbaratar a quadrilha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo viva a luta e o vigor dos sindicatos neste País, deputado Rosenberg! Viva a Bahia, que tem a coragem de enfrentar o problema! Viva a luta sindical, operária e intelectual, que teve a coragem de criar o Partido dos Trabalhadores! E parabéns a V.Ex^a por liderá-lo nesta Casa!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caríssimo presidente desta sessão, nobre deputado Marcelino Galo, demais deputados e deputadas, vejo que o mau pagamento, ou melhor, que não ser um bom pagador está no DNA deste governo.

Lá em Feira de Santana, prestadores de serviços regime PST estão a todo momento procurando as emissoras de rádio para reclamar. São três meses de salários atrasados. E a diretora da Direc a toda semana dá uma entrevista: “Amanhã o dinheiro estará na conta.” Aí os servidores vão lá conferir e no outro dia ligam para os programas de rádio: “Mais uma vez fomos engabelados, mais uma vez fomos ludibriados.”

Mas quem também está sendo enganado e ludibriado por este governo são os produtores de leite do município de Lamarão. Fui procurado por 23 deles, que fornecem cerca de mil litros de leite à Laticínio Atlanta, uma empresa que industrializa o produto e repassa para diversos municípios do Estado. Isso faz parte do Programa Fome Zero, que se dá através de um convênio entre o governo federal e o estadual, cujo dinheiro, que é repassado pela União, não está chegando aos produtores.

Imagine, deputado Carlos Brasileiro, o que o homem do semiárido está vivenciando na pele! E nós também estamos vivenciando esta seca terrível que está dizimando os rebanhos. Imaginem a dificuldade do produtor que fornece o leite e não recebe o pagamento! Isso está acontecendo desde dezembro. Eles não recebem o que é devido, o que é de direito. Eles são fornecedores de leite para aquele programa, e o governo baiano não dá nenhuma satisfação, nenhuma justificativa!

Chego à conclusão de que a questão do mau pagamento está no DNA deste governo, porque um assunto encadeia, uma coisa desencadeando outra. São os produtores de leite da cidade de Lamarão, que estão desde dezembro sem receber pelo leite fornecido. São os trabalhadores em regime do PST, 3 meses de salários

atrasados, e o Governo do Estado não mandou ainda para esta Casa o reajuste dos servidores, cuja data base é janeiro.

Eu fiquei preocupado, deputado Rosemberg Pinto, sei que V.Ex^a não concorda com isso, está chateado e aborrecido, sei que V.Ex^a, que é militante do partido, defende o governo com unhas e dentes, mas não defende tudo, porque V.Ex^a não usa óculos de couro, ao contrário do Líder do Governo... E o governo ainda não mandou para ser votado nesta Casa e, quando mandar, deve mandar retroativo ao mês de janeiro. E aí, o deputado Gaban traz aqui a esta tribuna o que pulula nos corredores, que não será retroativo o reajuste.

Eu custo a acreditar, eu vou ficar com V.Ex^a, deputada Luiza Maia, que está atrasando, está demorado esse reajuste. Mas não será um governo tão perverso de não mandar o reajuste a partir do mês de janeiro, que seria retroativo. Agora, o silêncio sepulcral dos sindicatos é, realmente, algo incomodativo. Em outras eras, ali teríamos bandeiras, sindicalistas revoltados com palavras de ordem. Onde estão esses sindicalistas que não levantam a voz, oh céus! oh Deus! Onde eles estão, pelo amor de Deus?!

Digam alguma coisa, falem alguma coisa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Queremos ouvir a voz desses sindicalistas, outrora tão combativos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, quero me congratular com os deputados oposicionistas que estão preocupados com os sindicatos, e gostaria de vê-los participando da assembleia, construindo, participando efetivamente dos trabalhos dos sindicatos. Em outras épocas, não nos viam tão preocupados com os sindicatos, e trago aqui uma notícia alvissareira: exatamente, o plano de carreira dos médicos da rede pública municipal. Uma pauta de 30 anos a partir da negociação, uma mesa que foi instalada em 2012. Hoje teremos aqui a notícia boa de que nos plantões de 24 horas, teremos salários que estarão ultrapassando 350% em 8 anos de gestão. Vou deixar aqui para que os deputados de Situação fiquem, pelo menos, informados dessa notícia, que é boa para todos os deputados aqui desta Casa.

Quero também aproveitar para dizer da alegria de mais um gol de letra do governo do estado na sua relação com o Sindae, sindicato cidadão, sindicato que prima pelo trabalho de educação política, sindicato que não abre na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores em saneamento, e tivemos aqui, no último 21, quinta-feira próxima passada, uma sessão especial que tive a honra de presidir, onde nós recebemos o projeto de lei que revoga os resquícios daquela época, da sanha privatista dos governos de orientação neoliberal. Recebemos o PL que revoga

em definitivo a Lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, quando o governo do Estado da Bahia à época assacou contra todas as indicações de todos os movimentos sociais do Estado da Bahia que não queriam ter na Ordem do Dia a perspectiva de privatização da Empresa de Água e Saneamento do Estado da Bahia.

No ano de 2010, a ONU, numa de suas sessões ordinárias, estabeleceu que a água é direito fundamental da vida do homem. Cento e vinte e dois países votaram, não teve nenhum voto contra, 41 abstenções, exatamente de países europeus, pela condição da água como um direito à vida e um direito inalienável da pessoa humana.

No dia 22, os trabalhadores, sob a orientação e coordenação do Sindae, fizeram a 13ª Marcha, que já foi denominada do grito da água, e caminharam pelas ruas do centro de Salvador proclamando com muito entusiasmo a chegada do PL que revoga a perspectiva e possibilidade de privatização da Embasa. É a satisfação do Sindae pela relação privilegiada que protagoniza neste novo momento do governo da Bahia, que tem na sua liderança maior o governador Jaques Wagner que, com a sua sensibilidade, exatamente por ser oriundo da luta sindical, retirou definitivamente do arcabouço jurídico do Estado da Bahia os resquícios de um passado recente não memorável que previa a privatização da Embasa, como se a água mercadoria fosse.

Então, neste momento de júbilo, trazemos duas notícias vinculadas ao sindicato dos médicos e também ligada ao Sindae...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. JOSEIDO RAMOS:- Vou concluir.

(...) que estão celebrando duas conquistas de um governo que tem sensibilidade e senta na mesa para negociar com os sindicatos da base.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Marcelino Galo, queria aproveitar este momento para prestar aqui – quando entrei vi que a deputada Luiza Maia estava falando sobre o tema - uma homenagem a um padre que acabou de falecer nesta madrugada, na Itália. O padre Renzo por muitos anos ajudou bastante para que pudessemos chegar a essa situação de democracia tanto no Brasil quanto na Bahia. Um padre que o tempo inteiro abriu as portas da sua igreja sem perder a sua característica de missionário pregando o evangelho, mas soube trazer para dentro da igreja progressista um debate sobre os direitos humanos. Nos deixou nesta madrugada, na Itália.

Nesse período, inclusive, o deputado Emiliano José, que foi deputado nesta Casa, está escrevendo um livro sobre a história do padre Renzo aqui na Bahia. Espero que possamos fazer, inclusive, a publicação dele aqui nesta Casa, deputado Joseildo, como uma demonstração de agradecimento a uma pessoa que tanto batalhou para que pudessemos chegar ao espaço de democracia que vivemos.

E, além disso, hoje, estivemos presentes - junto com o secretário de Segurança Pública, com o deputado Gaban, coordenado pelo deputado Temóteo, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública - para cumprir uma determinação da comissão que foi de marcar uma reunião com o secretário para dialogarmos o plano de segurança pública com o Estado. No dia 9, ele vai fazer uma apresentação para todos os deputados do plano de segurança pública para o Estado da Bahia.

Por último, já que o tempo está chegando ao final, quero dizer, deputado Carlos Geilson, que não existe por parte do governo nenhuma posição de romper as questões que são pactuadas em relação ao reajuste dos servidores do Estado. Ou seja, não existe nenhuma deliberação do governo do Estado, que eu tenha conhecimento, que possa fazer com que os trabalhadores, os servidores públicos do Estado, venham ter prejuízo com relação à aplicação do reajuste salarial.

É lógico, e V.Ex^a sabe que eu gostaria que já estivessem resolvidas todas essas questões. Mas há uma grande complexidade do ponto de vista das negociações com as diversas representações das áreas de interesse dos servidores do Estado. Por isso, tenho convicção de que o governador vai encaminhar a esta Casa o mais rápido possível, a partir do término das negociações, para que possamos fazer o reajuste necessário dos servidores. E aproveitar para registrar a presença da nossa prefeita de São Francisco do Conde, Rilza Valentim, que veio a esta Casa nos fazer uma visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, conforme acordado, há alguns temas que o governo e a Oposição querem discutir e há um acordo para derrubar a sessão. Eu solicitaria, já falei com a deputado Rosemberg, até protelamos um pouco o pronunciamento dele, para prolongar por mais 5 minutos; após o deputado Luciano Simões usar a tribuna, vamos derrubar a sessão para darmos continuidade aos entendimentos que o governo e Oposição estão tentando manter aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Gaban, a vice-liderança do governo não se encontra na Casa, vamos conceder os 5 minutos e logo após ninguém mais fala.

Então, vamos fazer o seguinte: 5 minutos o deputado Luciano Simões, 5 minutos o deputado Sidelvan Nóbrega e 5 minutos o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente Marcelino Galo, Srs. da Imprensa, as Galerias que hoje se encontram vazias, deputados presentes, são realmente de doer as prioridades determinadas pelo governo do Estado. O governo determinou alguns asfaltamentos de povoados de determinadas cidades no interior da Bahia, cidades, sedes e povoados que não têm um significado econômico para o Estado da Bahia. E notamos que falta ao governo um exame maior para determinar as

suas prioridades na questão do asfaltamento de sedes e de povoados do Estado da Bahia.

O município de Sento Sé, onde somos votados eu e o deputado Adolfo Viana, pena há anos com o atual governo por apenas 100 quilômetros. Deputado Gaban, a Frutimag, que é de propriedade do ex-governador Newton Cardoso, fechou as portas das suas empresas na irrigação, nas suas indústrias em Sento Sé, e desempregou 1.800 pessoas, todas as demais empresas que sobreviviam e que eram parceiras da Frutimag fecharam as suas portas e levaram seus equipamentos para o Estado de Pernambuco.

Deputado Marcelino Galo, o governo do Estado continua inadimplente com a comunidade de Sento Sé. São apenas 100 quilômetros que levaram à demissão de 1.800 trabalhadores, e não ouvimos a palavra do governo, deputado Joseildo Ramos.

No município de Morpará, onde afloram o manganês e o cristal, as empresas estão se mudando para outro Estado porque o governo não assumiu o compromisso, desde a primeira eleição do atual governador, que era pavimentação asfáltica de 70 quilômetros ligando a rodovia federal da região ao município de Morpará. As empresas de mineração estão abandonando Morpará.

No município de Campo Alegre de Lourdes, deputado Adolfo Viana, que também é votado naquela região, os deputados federais do Piauí conseguiram a ligação asfáltica da BR-235, que está apenas a 14 quilômetros do município de Campo Alegre de Lourdes, município de porte médio. Enquanto o Piauí está todo integrado por ligação asfáltica, o município de Campo Alegre fica penando a 14 quilômetros do asfalto. São 14 quilômetros que, com as chuvas, agora, estão intransitáveis. Campo Alegre de Lourdes também pena na Bahia porque está a 46 quilômetros do povoado de Lagoa do Padre, Pilão Arcado, também sem ligação asfáltica, e a 78 quilômetros de Remanso também, promessa de sete anos do governador Wagner, sem ligação asfáltica. Campo Alegre de Lourdes, hoje, já está despontando no cenário nacional como futuro produtor de minério e um dos principais da Bahia em produção de milho, e mesmo assim está abandonado.

Enquanto isso ocorre, o governador da Bahia tem que explicar por que deixou esses três promissores municípios fora da ligação asfáltica, perdendo para os Estados do Piauí e Pernambuco. Para adesão dos deputados ao PSD, porém, deputado Joseildo Ramos, o governador autorizou e já está pronta a ligação asfáltica da sede de Campo Formoso ao povoado de Socotó, que tem a justificativa política local, mas não tem justificativa econômica e social para o Estado da Bahia. Isso é improbidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputado Marcelino Galo, o deputado José Nunes, nosso companheiro, conseguiu asfaltar de Euclides da Cunha, da sede, ao povoado de Aribisé. Eu não sou contra o asfaltamento, em hipótese nenhuma, mas o governo do Estado deve estabelecer, deputado Gaban, quais são as verdadeiras prioridades do Estado e dos baianos no que diz respeito ao aspecto econômico e social. Com a palavra o Ministério Público, que se posiciona, em todos os momentos, com relação a Salvador e a alguns prefeitos, pobres prefeitos do interior do Estado

que estão lutando contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo do Estado esquece, quando estabelece as suas metas, o social e a parte econômica de geração de emprego do estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SILDEVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados presentes, quero chamar atenção de V.Ex^{as} para um assunto que estamos acompanhando desde o início dos trabalhos da Comissão do Consumidor desta Casa, tanto eu quanto o deputado Uziel, que é o presidente desse colegiado. Refiro-me à proposta de cobrança nos estacionamentos dos *shoppings centers* de Salvador.

Até já tivemos uma audiência pública que contou com a participação do coordenador estadual da Associação Brasileira de Shoppings Centers, Sr. Edson Piaggio. Ficamos sabendo, por informação de pessoas ligadas aos próprios *shoppings*, que essa cobrança seria feita logo após a Semana Santa.

Entretanto, apresentamos um projeto de lei, na semana passada, que garante ao consumidor não só de Salvador, mas também de toda a Bahia, o direito de permanecer no estacionamento desses estabelecimentos por um tempo máximo de 2 horas. Logo após essas 2 horas ele será cobrado. E isso não somente nos *shoppings centers*, mas também nos estacionamentos comerciais de todo o nosso Estado. E quando falo de estacionamento comercial, refiro-me a hospitais, prédios, centros empresariais.

Por que esse tempo? Porque uma pesquisa que o Sr. Edson Piaggio nos trouxe mostra o tempo médio de permanência do consumidor dentro de um *shopping*. O homem fica, em média, 80 minutos; já a mulher, 90. Então 2 horas seria um tempo razoável. Depois desse período o consumidor pagaria.

O deputado Álvaro Gomes tem um projeto nesta Casa sobre essa matéria. Só que o projeto dele, Sr. Presidente, veda a cobrança do estacionamento. Mas essa lei foi vencida no STJ pela Associação de Shopipngs, já teve trânsito em julgado. Porquanto, se essa lei passar nesta Casa, certamente eles conseguirão uma liminar e ganharão.

Por essa razão, peço ao presidente desta Casa e aos Líderes do governo e da Oposição a dispensa das formalidades para que aprovemos esse projeto. E assim o consumidor tenha, pelo menos, o mínimo do seu direito garantido.

Esta é a minha fala, Sr. Presidente. Não poderia deixar de registrar isso nesta tarde, porque os *shoppings* estão na iminência dessa cobrança. Sabemos que todos os estados da Federação cobram, só falta o nosso. Não o fizeram ainda por uma questão de organização, mas já garantiram esse direito na Justiça.

Agradeço a V.Ex^a por ter me cedido estes 5 minutos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, último orador do Pequeno Expediente, por até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V.Ex^a, mas não poderia deixar de registrar alguns acontecimentos que estamos acompanhando pela imprensa nacional.

Veja, deputado Marcelino Galo, que na última sexta-feira, se não me engano, o governador Jaques Wagner foi a Brasília ter uma reunião com a presidente da República, deputado Luciano Simões, para tratar da grave crise que enfrenta o Nordeste brasileiro, especialmente a Bahia que sofre, mais uma vez, com o flagelo da seca.

Todos nós esperávamos que o resultado dessa audiência fosse o anúncio de algumas ações concretas e imediatas para dar um alento a milhares de baianos que estão desesperados e aflitos. A grande maioria deles reside no semiárido do nosso Estado e já perdeu, praticamente, tudo o que tinha. Refiro-me aos pequenos produtores rurais da agricultura e da pecuária. Para a tristeza de todos, vimos o anúncio do governador, aliás, a tão pouco, entristecido, decepcionado - ele próprio - com o resultado dessa reunião.

O governador anunciou o aumento do número de carro-pipa que será disponibilizado à população. Não disse que aumento será esse. De novidade, Srs. Parlamentares, a única efetiva e concreta que S.Ex^a anunciou foi a liberação, deputado Luciano, de algumas galinhas que serão disponibilizadas aos produtores, com as quais através do criatório os produtores possam sustentar a si e as suas famílias. Foi, efetivamente, o único anúncio do governador Jaques Wagner, resultado da audiência que teve com a presidente da República na última sexta-feira.

Deputado Uziel Bueno, acompanhamos, através da imprensa nacional, que a presidente da República está em Pernambuco no sertão de Serra Talhada, no agreste pernambucano, anunciando uma obra verdadeiramente de fortalecimento dos recursos hídricos daquele Estado, no valor, Srs. Parlamentares, de R\$ 584 milhões. E aí fica a pergunta: será que é a prioridade do governador a escolha de disponibilizar para a Bahia o financiamento do criatório de galinhas; e é prioridade do governador pernambucano, obras permanentes definitivas que efetivamente mudam a vida das pessoas? E aí voltamos àquela velha reflexão e afirmação enquanto oposicionistas: verdadeiramente, faltam projetos viáveis a este governo no ponto de vista técnico-econômico-social. Infelizmente, por não existirem, não são levados à presidente da República.

E aí façam uma defesa de S.Ex^a. A presidente da República não pode ajudar a Bahia, porque a Bahia não se ajuda deputado Uziel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- O governo não leva à presidenta, deputado Marcelino Galo, os projetos, os pedidos, as reivindicações.

É esse mesmo governo que, quando viu o início das obras de transposição do Rio São Francisco, que retira a água da Bahia e leva para o Ceará, ficou silente, ficou silencioso, não fez uma única reivindicação de compensação! Hoje, nós assistimos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Concluirei, Sr. Presidente, com a tolerância de V. Ex^a.

Hoje, assistimos, deputado Gaban, municípios de médio e grande porte do nosso Estado, a exemplo de Senhor do Bonfim, sofrendo um racionamento de água de praticamente um dia durante a semana. Esse é o reflexo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, da falta de prioridade e de projeto que, infelizmente, esse governo não tem.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Conforme acordado com o Líder do Governo, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- A questão de ordem será atendida, deputado. Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.O

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*